

FERNANDA CRAVIDÃO
LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
NORBERTO SANTOS
(ORG.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

ESPAÇOS E TEMPOS EM GEOGRAFIA

HOMENAGEM A
ANTÓNIO GAMA

REVISITANDO O ARTIGO “ANÁLISE ESPACIAL DE UMA TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA”

Iva Pires/im.pires@fcsb.unl.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

**Graça Rolo
Francisco Henriques**

Professores de Geografia
do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital

Introdução

Como forma de homenagem a António Gama, nosso professor no curso de Geografia da Universidade de Coimbra propomo-nos visitar o artigo “Análise espacial de uma transformação agrícola”, de António Gama, Graça Santos e Iva Pires.

O artigo resultou da participação dos autores no I Colóquio de Estudos Rurais sobre *A Pequena Agricultura em Portugal*, organizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de 27 a 29 de Março de 1981, e que tinha como comissão organizadora Boaventura Sousa Santos, Pedro Hespanha, José Reis e Carlos Lencastre da Costa. As apresentações foram posteriormente publicadas em dois números especiais da Revista Crítica de Ciências Sociais, n.ºs 7 e 8 de Dezembro de 1981, com o mesmo título do Colóquio.

Apesar de a agricultura ser um tema amplamente debatido em Portugal, o Colóquio justificava-se, por um lado pela importância que dava à pequena agricultura, pela sua especificidade e, por outro lado, pela abordagem global e interdisciplinar que propunha, inovadora para a época, convidando investigadores de todas as áreas científicas a colaborar para a “compreensão da complexidade dos problemas do campo” e da dinâmica da sua transformação. As comunicações foram organizadas em 6 grupos de trabalho: Modalidades de Pequena Agricultura, Pequena Agricultura, Modelos de Desenvolvimento e Políticas de Estado, A Pequena Agricultura face às Teorias das Classes, Organização Social e Comportamento Político e Ideológico dos Pequenos Agricultores, Pequena Agricultura e Cooperativismo e finalmente A Pequena Agricultura e a Questão da Terra, onde se inseriu a nossa comunicação.

Na comunicação, transformada posteriormente em artigo, foi analisada a evolução do uso do solo agrícola, a pretexto da comparação de duas Cartas Agrícolas e Florestais da Península de Setúbal, uma de 1890 e outra de 1960. A região a norte de Setúbal era ainda muito marcada pela paisagem rural, mas desde a década de 1960 ocorreram transformações profundas.

No presente, tal como no passado (“a valorização do Pinhal Novo não começou senão com a construção do caminho de ferro que atravessa a região em 1861”¹) os investimentos em infraestruturas de transportes tiveram um papel relevante na alteração do uso do solo na Península de Setúbal. A construção de duas travessias do Tejo, a Ponte 25 de Abril em 1966 e a A2 ligando Lisboa ao Sul do país, e a nova travessia da Ponte Vasco da Gama em 1998, e os seus acessos, nomeadamente A12 e IC32, conferiram uma elevada acessibilidade a estes concelhos, tanto em relação a Lisboa como ao resto da Península que em ambos os casos desencadearam processos de urbanização e crescimento populacional. Para esse processo também contribuiu uma segunda fase de industrialização ancorada na Auto-Europa, depois do declínio da indústria das conservas. A urbanização e o crescimento populacional justificaram a construção de equipamentos comerciais de âmbito regional conferindo-lhe crescente

¹ O. Ribeiro e J. L. Ribeiro: 330, In Gama *et al*, 1981: 543.

autonomia face à AML norte, como os centros comerciais Alegro Setúbal, o Almada Forum, o Forum Montijo, o RioSul, no Seixal, e o Freeport, em Alcochete, com um mercado potencial de consumidores que se estende a toda a AML. Essa transformação também é observável na evolução da população ativa, numa primeira fase com o sector secundário a ganhar peso face ao sector agrícola e, numa segunda fase, com o crescimento do setor terciário.

Começaremos por fazer uma breve síntese do artigo que é pretexto para esta homenagem a António Gama, que retomaremos para atualizar a evolução da população e, finalmente, iremos falar das transformações recentes (do uso do solo) na Península de Setúbal.

“Análise Espacial de uma Transformação Agrícola”

Em 1981 propusemo-nos efetuar uma análise das transformações ocorridas no domínio do uso do solo desde, aproximadamente, os inícios do último quartel do século XIX até à década de 60 do século passado, incidindo o objeto de estudo na Península de Setúbal, sobretudo da sua parte oriental (Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal) (Figuras 1 e 2). Em resultado de ser esta uma região a registar profundas alterações socioeconómicas, como consequência do acentuado dinamismo industrial, da expansão urbana, do crescimento demográfico e da densificação da rede de transportes, mereceu da nossa parte um interesse especial. O professor António Gama, nosso professor à época, numa altura em que se aprofundava uma nova corrente do pensamento geográfico a que se convencionou chamar *nova geografia*, despoletou o interesse dos autores pelo estudo desse território, numa perspetiva do entendimento da organização do espaço como sendo um produto social. As teorias económicas da localização, em especial a teoria de J. H. von Thünen, foram, de certa forma, um ponto de partida para a análise efetuada, tendo as mesmas assumido um sentido essencialmente metodológico. A principal preocupação da utilização do modelo de von Thünen não se prendeu tanto com a sua verificação empírica no território estudado, mas, sobretudo, tomá-lo como instrumento teórico que

permitisse a compreensão dos modos de organização e de transformação do espaço agrário e a sua relação com os mercados.

Pôde ir buscar-se a explicação para a transformação das formas de ocupação do território, na Península de Setúbal, quer à conjuntura económica de Portugal a partir do século XIX e até meados do século XX, quer ao alargamento do espaço económico de Lisboa, como reflexo de um maior consumo interno na metrópole lisboeta que se afirmava cada vez mais, quer a uma situação favorável nos mercados agrícolas internacionais. A agricultura foi o principal domínio económico e o mais dinâmico durante, grosso modo, a segunda metade do século XIX.

Com efeito, na segunda metade do século XIX, “o crescimento urbano, a industrialização e o alargamento dos mercados externos de produtos agrícolas tiveram como consequência o deslocamento centrífugo, o alargamento e a especialização crescente das áreas de exploração agrícola em torno da capital” (Gama, *et al*, 1981: 545). A esta dinâmica espacial não foi estranho o desenvolvimento dos transportes, em especial o caminho de ferro, mas também o fluvial, na aproximação ao mercado de Lisboa. O mercado externo desempenhava também um papel importante no que toca à exportação de vinhos, frutas e outros produtos agrícolas, especialmente para França e Inglaterra. Estas relações comerciais permitiram e exigiram a introdução de inovações diversas no domínio da agricultura, tais como sejam a introdução de maquinaria ou a utilização de adubos químicos. Como referiu M. Halpern Pereira, em *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, “A penetração do capitalismo em Portugal efetuou-se, pois, mais rapidamente e mais cedo na agricultura que na indústria” (Pereira, 1974: 14).

Estas alterações realizaram-se em simultâneo com transformações sociais, nomeadamente no plano jurídico-político: a penetração do capitalismo na agricultura exigiu que a posse da terra fosse perdendo o seu carácter feudal e que se procedesse à sua substituição progressiva pelo empresário capitalista.

No que toca ao uso do solo para fins agrícolas, o trabalho desenvolvido em 1981 evidenciava de uma forma muito clara a semelhança entre os princípios teóricos enunciados por von Thünen e a distribuição das diferentes espécies de

cultivo: nos finais do século XIX podiam encontrar-se “duas áreas de hortas e fruticultura envolvidas por vinhas e oliveiras, uma extensa área de produção de vinha, cercada por pinhais e montado de sobro e uma grande extensão de charneca” (Gama, *et al.*, 1981: 547). As áreas das hortas e da fruticultura, fornecedoras de produtos a serem consumidos frescos, ocupavam, por motivos óbvios, as áreas mais próximas dos mercados consumidores: em redor das vilas da Borda d’Água (Barreiro, Moita, Aldeia Galega e Alcochete), numa distribuição polinucleada, para o fornecimento a Lisboa e em redor de Setúbal (com prolongamento pela estrada que liga a Palmela) para o fornecimento a esta localidade. Nas áreas mais afastadas daqueles mercados consumidores distribuíam-se vastas extensões de montado e charneca.

A introdução do novo modo de transporte, nomeadamente o caminho de ferro, propiciou o alargamento dos “anéis” de cultivo nas áreas melhor servidas por este meio de transporte, permitindo que distâncias que até então tornavam proibitiva a prática da agricultura – ou então o cultivo de determinada espécie a partir de uma certa distância – fossem ultrapassadas, num movimento centrífugo. Teve lugar uma vaga muito importante de novos arroteamentos, especialmente no que toca a espaços destinados ao cultivo da vinha. Esta cultura constitui-se, aliás, como aquela que viria a ter a maior importância económica para a região, numa distribuição por pequenas e grandes explorações, algumas de tamanho gigantesco.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX caracterizaram-se, do ponto de vista demográfico, por um afluxo de mão de obra que originou taxas de crescimento efetivo muito altas nestes territórios da Península de Setúbal, apesar da forte crise económica sentida nos anos 20 e 30 do século XX. A densificação da população é concomitante, por um lado com as necessidades de mão de obra assalariada a servir nas explorações de teor capitalista e, por outro lado, com o aumento da intensidade do uso da terra nas explorações de natureza familiar.



Figura 1
Ocupação Cultural do Solo na Península de Setúbal, 1890.

Fonte: Gama, *et al.*, 1981: 550.

A década de 1960 assiste a modificações muito profundas no uso do solo nas faldas urbanas, sendo que, no essencial, a organização da distribuição das culturas é pouco diferente da anterior. O fortíssimo surto de urbanização/suburbanização que decorria desde a década de 50, expulsa para áreas mais periféricas os “anéis” de cultivo, sendo a grande maioria dos terrenos de antigas hortas e pomares ocupada por novas áreas residenciais ou empreendimentos industriais. O aprovisionamento agrícola dos mercados da área metropolitana começa a diversificar-se, fruto da modernização dos transportes e da melhoria

das técnicas de conservação dos produtos, o que é mais notório no que toca à horticultura e à fruticultura, cujos produtos provêm de regiões cada vez mais distantes. “Anéis” cujos cultivos podiam ficar mais distantes dos centros urbanos da área metropolitana, como o caso do olival e da vinha, em especial deste último, apresentam ainda elevada importância económica e continuam a ocupar parcelas muito significativas do território.

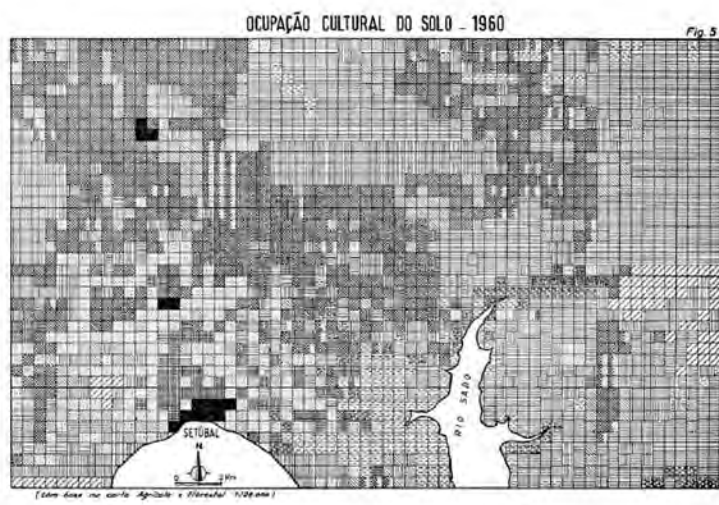


Figura 2
Ocupação Cultural do Solo na Península de Setúbal, 1960.

Fonte: Gama, *et al.*, 1981: 551.

Concluía-se, no artigo publicado em 1981, que “Em todo o caso, ressalta a profunda ligação entre as vias de comunicação e a intensidade da ocupação e a localização das culturas. (...) Por tudo isto podemos concluir que a *teoria de von-Thunen* tem um valor explicativo mesmo em situação afastada das condições «ideais»” (Gama, 1981: 556).

Transformações recentes na Península de Setúbal

Evolução da População

A Península de Setúbal (PNS) é composta por nove concelhos situados entre os estuários do Tejo e do Sado e é, desde a última alteração da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de nível III, instituída pelo Regulamento (UE) no 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, o flanco sul da NUT III Área Metropolitana de Lisboa. Representa 1,7% (1.558,9 km²) do território nacional e aqui residiam, em 2014, segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, 781983 habitantes (7,5% da população portuguesa e 27,8% da população da Área Metropolitana de Lisboa).

A importância que tem atualmente em termos demográficos no contexto da AML é, porém, relativamente recente, apesar de um significativo processo de industrialização que ocorreu em princípios do século 20.

O concelho de Setúbal registou uma primeira fase de crescimento económico e populacional até 1920, associado ao desenvolvimento da indústria de conserva. Tal como refere Valente (1981: 615) “Nos anos de transição do século XIX para o século XX, Setúbal deixou de ser uma comunidade rural e piscatória tradicional e transformou-se num centro fabril” e, reforçando, “nos vinte e um anos de 1890 a 1911, a mão-de-obra empregue na indústria aumentou 302,6%, isto é, 14,4% ao ano.” (Valente, 1981: 619). Este surto de industrialização teve impacto imediato no crescimento populacional e “em 1911 a população excedia o dobro da de 1864 e a densidade populacional — 31,5 habitantes por quilómetro quadrado em 1864 — atingia os 69,9 habitantes por quilómetro quadrado.” (Valente, 1981: 615). Embora já existisse, a indústria de conservas cresceu em Portugal sobretudo a partir de 1880 na sequência da deslocalização de fábricas da Bretanha, então o principal centro produtor europeu, que lutava contra a escassez de matéria-prima. O investimento francês chegou a Setúbal em 1880 com a localização dos Etablissements F. Delory que, juntamente com investimento nacional, transformaram esta e a região do Algarve nos principais

centros produtores “cabendo-lhes em 1917 cerca de 75% do número de estabelecimentos e 80% da força laboral recenseada” (Neves, 2007:202), elevando Portugal ainda antes da I Guerra Mundial no principal produtor mundial de conservas de peixe (Neves, 2007).

A crise económica, consequência do encerramento de muitas dessas fábricas, abrandou o crescimento populacional, situação que se inverteu com a construção da Ponte sobre o rio Tejo, em 1966, e com o êxodo rural associado a uma nova fase de industrialização. A partir da década de 1950 assiste-se a novas iniciativas no contexto dos Planos de Fomento promovidos pelo Estado Novo, que visam a dinamização da economia nacional e onde a industrialização desempenha um papel de fundamental importância. O lançamento de uma ligação rododiferroviária entre as duas margens surge entre as principais prioridades. É neste contexto que são promovidos diversificados esforços do Estado com vista à instalação, sobretudo na margem sul do Tejo, nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal, de várias unidades industriais consideradas estratégicas para a nação como a Lisnave, a Siderurgia Nacional e a Setenave (Vale, 2009; Aniceto, 2010). A estas juntou-se posteriormente a Autoeuropa.

Por outro lado, a construção da ponte sobre o rio Tejo desencadeou um processo acelerado de transformações de uma área até então predominantemente rural e permitiu à área metropolitana de Lisboa iniciar um processo de crescimento para Sul, que estava contido pelo rio Tejo. Será sobretudo o processo de distensão da metrópole associado ao aumento da mobilidade e das acessibilidades proporcionadas pela rede de transportes públicos que explicam um acelerado “crescimento da mancha urbana, sob a forma de núcleos suburbanos do tipo dormitório” (Salgueiro, 1998: 50), não só nos concelhos da margem norte, mas também nos concelhos da margem sul, como Palmela, Montijo e Alcochete, que até à década de 90 mantinham características bastante rurais (Aniceto, 2010: 18).

A Ponte 25 de Abril teve impacto no crescimento urbano e populacional bem visível nos concelhos do arco norte – Seixal, cuja população cresceu 74% entre 1960 e 1979, seguido do Barreiro, Almada e Moita. Nesta década a população

de Setúbal cresceu 15%, permitindo recuperar do ligeiro declínio observado na década anterior (Figura 3).

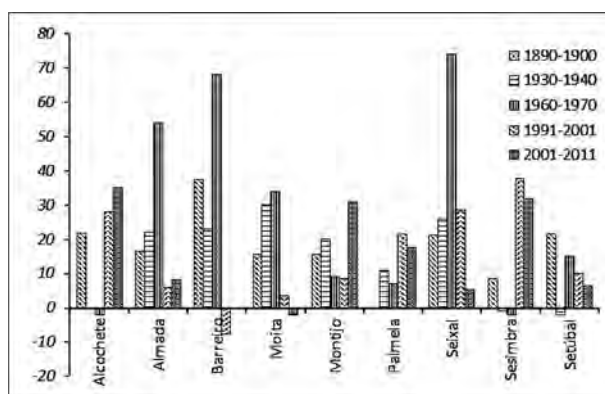


Figura 3

Varição decenal (%) da população por concelhos na Península de Setúbal

Fonte: Gama A. *et al.*, 1981 e <http://www.ine.pt> (dados relativos aos censos de 1991, 2001 e 2011)

A construção da Ponte 25 de Abril, em 1966, teve igualmente um forte impacto na Costa da Caparica (concelho de Almada), transformando-a numa área privilegiada de lazer da população da margem norte; as excelentes condições de oferta balnear e a proximidade e a boa acessibilidade à Área Metropolitana de Lisboa (AML) desencadearam um forte aumento da construção de fogos (legais e clandestinos) e de parques de campismo para residência fixa e secundária (Plano Estratégico do Polis da Costa da Caparica, 2001), criando uma situação de caos urbanístico, de degradação dos recursos ambientais e de processos de erosão costeira. A progressão das áreas artificializadas é visível e acontece em resultado de três processos: preenchimento de interstícios ainda não ocupados em áreas já bastante artificializadas entre o núcleo antigo (edifícios predominantemente construídos até à década de 70) e a linha de costa que passa a ser densamente urbanizada; “abertura” de novos processos de urbanização em áreas ainda não artificializadas; e prolongamento, ao longo da linha de costa, para norte com

a urbanização de São João e para sul, em direção à Fonte da Telha, de áreas já urbanizadas (Pires, *et al*, 2012).

Apesar de medidas preventivas para controlar a especulação e o crescimento urbano, certo é que com a construção da Ponte Vasco da Gama, inaugurada em 1998, e a decisão de localização do novo aeroporto de Lisboa (NAL) tiveram um impacto imediato no processo de urbanização “entre 1995 e 2008 a construção de edifícios para habitação aumentou significativamente em todos os concelhos da PNS, com exceção da Moita, apesar do abrandamento verificado a partir de 2006 (Aniceto, 2010: 58). Mas, pela localização desta nova travessia, o impacto foi mais visível nos concelhos de Alcochete e Montijo, os concelhos com maior variação decenal na última década, a par de Sesimbra, embora neste caso por causa do turismo e da habitação secundária.

Depois do acelerado processo de urbanização da Costa da Caparica, nas décadas de 1990 e de 2000 é a vez de Sesimbra, uma outra área de excelência de lazer da AML, registar um forte crescimento da população e da urbanização. Para além da sede de concelho, cujo crescimento se deve sobretudo ao turismo, também contribuiu o processo de urbanização ilegal da Quinta do Conde, uma das três freguesias de Sesimbra. O loteamento ilegal da Quinta do Conde teve início em 1971, por iniciativa de António Xavier de Lima, e foi a freguesia do país que mais cresceu percentualmente no período intercensitário em 1991-2001 (108%) (Tomé, 2014: 78). Finalmente, na última década, a crise económica que travou a especulação imobiliária e, por outro lado, o envelhecimento da população portuguesa, justificam o abrandamento do crescimento demográfico sentido em todos os concelhos da PNS.

Alterações nos padrões de uso e ocupação do solo

Nos últimos quarenta anos assistiu-se a profundas alterações nos padrões do uso do solo na Península de Setúbal. Além da concentração da população em atividades profissionais ligadas à produção industrial, o elemento mais fortemente caracterizador das alterações sociolaborais é o crescimento do terciário.

A modernização e a articulação entre os diferentes modos de transporte, a massificação do uso do transporte particular e a densificação das vias de comunicação, associadas ao crescimento do mercado de emprego, cada vez mais terciarizado, permitiram o crescimento demográfico e o alargamento das áreas urbanas. Os centros urbanos ampliam-se em dimensão demográfica e territorial, embora a velocidades diferentes, fruto das desiguais acessibilidades e das perspectivas de estabelecimento de infraestruturas valorizadoras do território e da qualidade de vida. Os concelhos melhor servidos pela Ponte 25 de Abril foram os primeiros a assumir-se com as maiores dinâmicas, enquanto outros, como os agora melhor servidos pela Ponte Vasco da Gama, atraem a fixação de infraestruturas exigentes em áreas extensas, como sejam os casos de novas superfícies comerciais ou infraestruturas de logística (transporte, distribuição e produção). De salientar que os concelhos do arco ribeirinho norte da PNS continuam a gravitar de maneira mais profunda em torno da capital e das suas necessidades, enquanto o sul da Península (Palmela, Setúbal) mantém, apesar de tudo, uma maior autonomia, deixando antever, de certa forma, um perfil híbrido da PNS (*Carta Regional da Competitividade, Península de Setúbal/ Alentejo Litoral*, 2011).

O nosso propósito inicial era o de, partindo dos dois mapas de uso de solo que tínhamos elaborado com base na carta Agrícola e Florestal de 1890 e de 1960, fazer a sua atualização e identificar as principais alterações decorridas até à atualidade. Porém não existem atualizações destas cartas sendo a de 1960 a última a ter sido elaborada.

Decidimos então tirar partido de mapas de uso e ocupação do solo da Península de Setúbal elaborados por Tenedório *et al* (2003).

Nas últimas décadas assistiu-se, de uma maneira geral, a um decréscimo percentual das áreas utilizadas para fins agrícolas, enquanto as áreas de mata e de floresta, em resultado muitas vezes do simples abandono de áreas agrícolas, por falta de competitividade, assunção de novos estilos de vida ou outros, registaram um significativo aumento. Também as áreas edificadas urbanas e as ocupadas por grandes equipamentos e infraestruturas comerciais e industriais evidenciaram um notável aumento.

Contudo, é de notar que os diferentes concelhos que compõem a PNS apresentam aspetos muito díspares no que toca à utilização e uso do solo. Palmela, Montijo, Moita e Barreiro são concelhos ocupados, em termos de área, maioritariamente pelo espaço agrícola, com percentagens na ordem ou superiores a 50%. À exceção do Barreiro, onde uma parte muito significativa da área agrícola assenta sobretudo na agricultura a tempo parcial, de natureza familiar e de menor ligação à grande produção para o mercado, os restantes três concelhos, ainda menos penetrados pelo fenómeno urbano, manifestam práticas agrícolas mais extensivas, baseadas em propriedades de maior dimensão e de pendor mais empresarial.

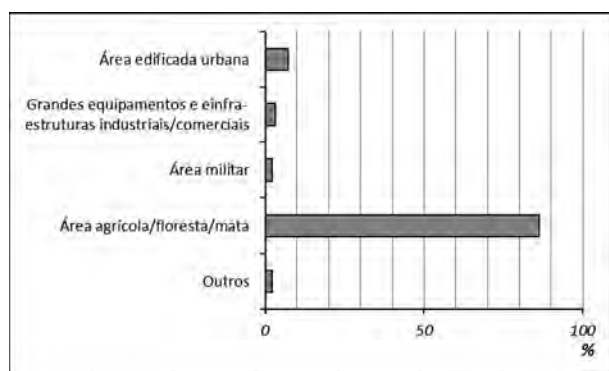


Figura 4

Repartição percentual dos usos do solo na Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa, 1990

Adaptado de Tenedório *et al.* (2003), Uso do solo: uma imagem da área metropolitana.

Em Alcochete, Sesimbra e Setúbal, o predomínio vai para a fileira florestal, com valores da área agrícola na ordem dos 20 aos 40%, a que não serão estranhas, para o caso dos dois concelhos da bordadura sul da Península, as características orográficas do território.

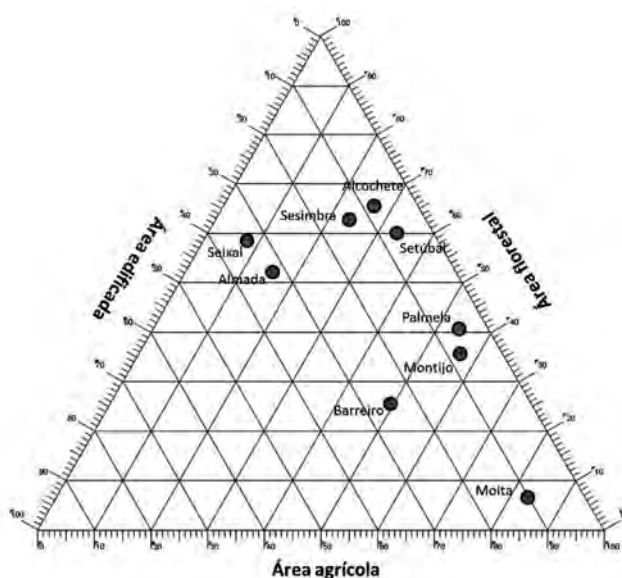


Figura 5

Estrutura do uso e ocupação do solo nos concelhos da Península de Setúbal, 1990

Fonte: Adaptado de Tenedório, *et al* (2003).

Já os concelhos do Seixal e de Almada, apresentam valores de área agrícola entre os 8 e os 16%, tendo a área edificada urbana uma distribuição entre os 30 e 35%, respetivamente a percentagem mais baixa e a percentagem mais elevada de toda a PNS. Os movimentos de industrialização e de suburbanização do século xx, este último impulsionado pela construção da Ponte 25 de Abril, sobretudo, e pela melhoria das ligações fluviais, foram os principais responsáveis por esta individualização em relação aos restantes concelhos.

Conclusão

Pela proximidade a Lisboa, a Península de Setúbal desempenhava, em finais do século xix e inícios do século xx, um papel importante no abastecimento

de produtos frescos à cidade, embora o mercado externo nomeadamente no que toca à exportação de vinhos, frutas e outros produtos agrícolas, especialmente para França e Inglaterra também fosse relevante. No artigo de 1981 usámos o modelo de von Thünen como instrumento teórico para interpretar os modos de organização e de transformação do espaço agrário e a sua relação com os mercados.

Atualmente, as novas realidades no que toca às muito diversificadas origens geográficas dos produtos – consequência do processo de globalização económica e motivadas pela modernização dos transportes, da conservação e acondicionamento dos produtos, da concorrência e agressividade de novas áreas e das produções em grande escala –, alteraram a configuração dos “anéis” tradicionais, que assumiram contornos muito complexos, geometrias variáveis e às vezes paradoxais, no sentido em que, apesar da excelência dos produtos locais, os que consumimos viajam milhares de Km antes de chegar ao nosso prato. Mas estes espaços, outrora agrícolas, também ganham novas configurações a partir do momento em que, fruto da modernização dos transportes e do aumento das acessibilidades, se integraram na AML enquanto fornecedores de mão de obra. As duas travessias do Tejo e as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias tiveram um papel importante na integração da margem sul na AML, proporcionando a acessibilidade que faria crescer cidades-satélite no arco ribeirinho da margem sul do Tejo. Cidades que procuram agora reforçar a sua autonomia face a Lisboa e ultrapassar o estigma da “margem errada do Tejo” promovendo projetos como o da Cidade da Água em Almada, no contexto “Lisbon South Bay”.

Bibliografia

- Aniceto, Carlos André (2010). *Avaliação de Impactes Urbanísticos do Novo Aeroporto de Lisboa na Península de Setúbal Nascente*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Gama, António; Santos, Graça & Pires, Iva (1981). Análise Espacial de uma Transformação Agrícola, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7-8, pp. 534-557.

- Goes, Inês Vidal (2012). *De espaço rural agrícola a espaço público urbano. A Várzea de Setúbal*. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, UTL.
- Neves, Pedro (2007). *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*. Tese de doutoramento em História Económica e Social, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereira, M. Halpern (1974). *Assimetrias de crescimento e dependência externa (Comparação entre dois períodos da história contemporânea portuguesa – 1847-1914 e 1940-1970)*. Lisboa: Seara Nova.
- Pires Iva; Craveiro, João & Antunes Óscar (2012). Artificialização do solo e Vulnerabilidade Humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da Costa da Caparica e Espinho (Portugal). *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Vol. 12(3), pp. 277-290.
- Plano Estratégico do Polis da Costa da Caparica (2001)*. *Viver a Costa da Caparica*, Programa Polis. http://www.m-almada.pt/ngt_server_acd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=4890270&att_display=n&att_download=y
- Simão, J. V. & Ribeiro, J. F., (Coord.) (2011). *Carta Regional de Competitividade, Península de Setúbal/Alentejo Litoral*.
- Tenedório, J. A.; Pontes, S. & Estanqueiro, R. (2003). Uso do solo: uma imagem do território metropolitano, In J. A. Tenedório (dir. e coord.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: AML, pp. 93-117.
- Tomé, Ricardo (2014). Comércio e Serviços em Áreas Urbanas de Génese Ilegal. O caso da Quinta do Conde (Sesimbra – Portugal). *Finisterra*, XLIX, 97, pp. 69-87.
- Valente, Vasco Pulido (1981). Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), pp. 615-678.